

Ata da Reunião do Conselho

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Reunião ocorrida ao décimo quinto dia do mês de Fevereiro do ano de 2008, às 09:00h em primeira convocação e as às 14:00h em segunda convocação, com número necessário de conselheiros presentes, na sala de reuniões dos Conselhos – 5º andar – SETP. Estiveram reunidos os componentes do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – conforme convocação prévia. Representantes Governamentais presentes: Paulo César Lange; (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Denise Ratmann Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Nircélio Zobot (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Fátima Nascimento (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – Guarapuava); Ana Paula Gonçalves (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Ironi de Rocio Vieira de Camargo (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Lúcia Teresinha Zanato Tureck (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Renata Mareziuzek (Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Marilda Alberton Leutz (Secretaria de Estado da Educação – SEED). Representantes da Sociedade Civil Organizada presentes: Francisco Arnaldo Fernandes (Associação de Moradores de Umuarama – CAMUR); José Cícero dos Santos (Associação de Moradores do Conjunto Mendes); Inês Roseli de Tonello (APAE – Francisco Beltrão); Roseli Teresinha Gass Batista (Núcleo Regional de Serviço Social – NUCRESS – Toledo); Antônio José Pontes Júnior (Centro Espírita Manuel Figueira Neto – União da Vitória); Raymundo Rodrigues Oliveira (Centro de Nutrição Infantil de Foz do Iguaçu – CENNI) Neiva Silvana Hack (Ação Social do Paraná) Moisés Araújo Pinheiro (Associação dos Deficientes Físicos de Cornélio Procópio – ADCOP); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (Associação de Proteção à Maternidade e a Infância – APMI); Jovelina Morteau Borghi (Associação de Apoio ao Fissurado Lábio Palatal de Maringá – AFIM); Cecília Kapuscinski (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – Guarapuava). 1 – Abertura: A Presidente Denise Arruda Colin, deu as boas vindas aos conselheiros e demais presentes. Na seqüência, iniciou os trabalhos mencionando os itens de pauta: 1 – Abertura; 2 – Apreciação e Aprovação da Pauta; 3 – Apreciação e Aprovação da Ata de Novembro/2007; 4 – Informes da Secretaria Executiva; 5 – Relatório das Comissões; 6 – Aprovação do Projeto do Centro Regional Integrado de Apoio e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa; 7 – Relatório de Gestão do CEAS 2006/2008; 8 - Instrumento de Gestão da Rede SUAS do Município de Inácio Martins; 9 – Informes Gerais; 10 - Apreciação dos Calendários de 2008; 11 – Informes dos Conselheiros e Convidados; 12 - Encerramento. Apreciação e Aprovação da Pauta: A Presidente Denise Arruda Colin fez a leitura e aprovação da pauta do mês de Novembro/2007. Apreciação e Aprovação da Ata de Novembro/2007: A ata de Novembro foi apreciada pelos conselheiros que se comprometeram a mandar as sugestões de correção para posterior encaminhamento da mesma. Informes da Secretaria Executiva: A técnica da Secretaria Executiva Regina Rodrigues Costa enumerou os ofícios recebidos: ofício recebido do CNAS nº 001/2008 dirigido aos Governadores Estaduais, encaminhando Moção de Repúdio aos Gestores da Assistência Social das três esferas de Governo, Assunto - Não Pagamento de salários compatíveis com a atividade dos servidores, não lhes dando condições dignas de trabalho. Moção apresentada e aprovada pelos Delegados da VI Conferência Nacional de Assistência Social – Dezembro/2007. Ofício – Circular Nº 029/2007, Entidades Isentas da Cota Patronal do INSS – prazo de entrega do Plano de Ação: 31/01/2008. E-mail recebido do MDS no dia 15/02/2008, enviando a tabela informativa sobre Balanço por Estado do número de Entidades de Assistência Social: 16.089 privadas no Brasil e 1.780 no Paraná; Informativo Nossa Folha, relatando as obras desenvolvidas pelo Vereador Jair Cesar. Ofício Nº 81/2007 – Do Conselho Municipal de Assistência Social de Toledo, parabenizando a Comissão Organizadora da VII Conferência Estadual. O evento contemplou a expectativa quanto a infra-estrutura, palestrantes e grupos de apoio. Informes da Secretaria de Estado do Trabalho: A Conselheira da Secretaria do Trabalho, Jucimeri Isolda da Silveira entregou um material elaborado pelo Núcleo sobre o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação do Estado. Justificativas: Da Conselheira Sônia Maria de Santana, impedida de participar da reunião devido ao falecimento de um parente; justificativa de ausência da Conselheira Luciana Magaldi Johansen

impedida de participar da reunião por motivo de férias; justificativa da Conselheira Sandra Cardozo não podendo comparecer a reunião, por motivos de trabalho; justificativa de ausência da Conselheira Cristiane Mara Hasenauer, impedida de participar da reunião por motivo de férias. A Presidente Denise Colin, veio a propor que a Assembléia do CEAS referente ao mês de Junho, será realizada nos dias 05 e 06 de Junho de 2008. Aprovado o Calendário Geral, no que se refere ao mês de Maio, a reunião será realizada nos dias 07, 08 e 09, com a seguinte proposição: Dia 07/05 – Repasse do Conteúdo de funcionamento do Conselho Estadual em período integral – Dia 08/05 (Manhã): - Posse dos Novos Conselheiros – Período da Tarde: - Atividades das Comissões Temáticas – Dia 09/05: - Assembléia Ordinária. A Presidente Denise Colin fez o relato de que seria importante focalizar a questão da reunião da Sociedade Civil, que será suprimida, uma experiência a ser passada para este grupo, uma vez que quem está chegando não participará com o grupo que está saindo, assim poderá estar reservado menor tempo para esta reunião, mas que deve ser realizada. Atendendo aos Conselheiros Não – Governamentais do CEAS, apresentou – se o Dr. Edson Camargo que compõe a equipe da SETP, e que está respondendo pelo Núcleo de Convênios da Secretaria; foi escalado pelo Diretor Geral para acompanhar este processo de negociação e de acertos entre a prestação de serviços do Hotel que foi Licitado, e recepcionar os conselheiros e as dificuldades que os mesmos estão tendo. Estará disponível para estas informações e para definir uma sistemática de acompanhamento com todos. Um dos Conselheiros argumentou se houve justificativas dos Conselheiros da Sociedade Civil, pois durante a Reunião, alguns Conselheiros se retiraram da sala e outros não compareceram, com exceção dos que justificaram suas ausências. A Presidente Denise Colin relata que alguns Representantes Governamentais não estão mais nos órgãos respectivos a partir do final do ano, como é o caso da Secretaria da Criança; seria importante solicitar estas situações, e dos Não – Governamentais também reforçar a necessidade de encaminhamentos de suas justificativas. Sabemos da justificativa do Representante da substituição Regional de Cornélio Procópio, do Representante de Regional de Ponta Grossa, enfim eles não oficializaram esses documentos. A técnica da Secretaria Executiva Regina Rodrigues Costa relatou que talvez fosse o caso dos Conselheiros passarem uma nova listagem com a recomposição de e - mails, pois tem nos causado alguns transtornos, e garantindo que em nossa organização tem certeza absoluta que foram encaminhadas as convocações a todos de que haveria reunião nesta data. Porém se algum Conselheiro não havia recebido, é necessário saber o motivo, talvez esta composição de e - mails, os Conselheiros trocam, ou estão com suas caixas lotadas, e a Secretaria Executiva é comunicada. A Conselheira, a seguir, diz que deveria caso o titular Conselheiro não comparecer nas reuniões comunicar-se com seu Suplente, para que não hajam faltas sem justificativas, mesmo porque o Suplente é para substituir o titular, quando o mesmo não puder comparecer à Reunião. O Dr. Edson Camargo apresentou – se dizendo que a sua origem é a extinta LBA; hoje, na SETP pretende colaborar com o Secretário Nelson Garcia. Relatou Ter sido designado pelo Diretor Geral para efetuar um elo de ligação com os Conselheiros do CEAS e o Hotel que os hospeda. Ao examinar o documento elaborado e que continha as reclamações em pauta, promoveu um contato com o advogado e proprietária do Centro Europeu, visitando as instalações. Clareou que o Governo do Paraná trabalha com regime de rígidas licitações e essas pelo visto, devem conter itens esclarecedores, o que não ocorreu nessa que omitiu a questão da acessibilidade para os cadeirantes e elevadores para os idosos. Pretende – se pois, minimizar todas essas situações até se poder realizar nova Licitação. A Presidente Denise Colin, explicou que está em aberto para os Conselheiros expor alguma questão e aproveitou para dizer que também deveria ser instituído um mecanismo de acompanhamento e monitoramento. A Conselheira Inês Roseli Soares Tonello, segue falando que deveria haver um canal importante com Dr. Edson Camargo, pois diz que quando precisar e ocorrer o problema para ter como localizá-lo para averiguar, pois na hora em que os Conselheiros não estão no hotel os problemas não surgem e essa citou um constrangimento que passou no hotel, disse ainda que se sentiu muito ofendida e humilhada pelos funcionários. E conclui que é preciso ter considerado o lado humano e o respeito com as questões de valores. Com tristeza disse pagar com dinheiro público, que, aliás, vem do bolso de todos Conselheiros, sendo aplicado injustamente. O Dr. Edson Camargo diz novamente que está a disposição dos conselheiros, deixando seu telefone garantindo que qualquer negligência que houver é para entrar em contato com o mesmo, e ele tomará as providências cabíveis. Concluiu dizendo que entraria em contato ou iria pessoalmente falar com a proprietária, para tratar os Conselheiros da mesma forma que trata os outros hóspedes. A Presidente Denise Colin, informa que se deve

propor que todos se manifestem, para que seja tomada uma decisão referente ao hotel. O Conselheiro José Cícero dos Santos disse estar percebendo claramente que o hotel está atendendo com dois pesos e duas medidas, haja visto que o hotel trata uma pessoa de um jeito e outra pessoa de outro, primeiro porque que ele não podem diferenciar pois somos cliente independentemente se pagamos através do Estado ou do nosso próprio dinheiro , não deixaremos de ser clientes, e devemos ter o mesmo tratamento; segundo, as coisas foram diferentes para alguns Conselheiros e para outros também . Citou um fato ocorrido, quando foi recebido pela própria gerente e ela deu a opção se gostaria de jantar ou café colonial, o que aceitou porque, na verdade ela se prontificou colocar que um funcionário servindo ou se o mesmo quisesse jantar, são tratamentos diferenciados isso o hotel não pode dispensar, uma das coisas que é necessário fazer é uma conversa direta com a Diretoria do hotel, Comissão e Conselheiros, para juntos chegar - se a um acordo. A Conselheira Dulcilene Pires Cardoso Tonon tem a palavra, e pede esclarecimentos de como será este procedimento, um dos Conselheiros que não usa cadeira de rodas, mas que tem dificuldades de locomoção e se esta solução já foi encaminhada de uma forma concreta, não há nenhuma formalização da ausência, mas tem - se algumas informações que ele estaria aguardando, se houve alguma solução para este problema. Não se deve ficar aguardando nem como e quando vai ser resolvido , mesmo porque esta é uma reunião com a falta do Conselheiro , ele teria que ter a informação adequada porque senão a situação fica muito difícil . Completa que gostaria de fazer um registro para o conhecimento do Dr. Edson Camargo que no momento que ela se instalou no hotel, tinha apenas um funcionário, não tinha mensageiro, e que inclusive subiu com as próprias malas, pelas escadas. Colocou que está vindo de uma viagem cansativa, e mesmo porque é de praxe que o hotel tenha funcionários para apoio de transportes de bagagem. A Presidente Denise Colin relatou que na discussão haviam representantes do Conselho do Idoso, e que eles possuem as mesmas reclamações, são pessoas com mais de 80 anos que estão sentindo muitas dificuldades de permanência, devido a estrutura física. A Conselheira Roseli Terezinha Gass Batista, com a palavra pergunta porque a diferenciação com a alimentação, mesmo porque o hotel oferece café, porque o Conselheiro não poderia usufruir de outra alimentação, Dr. Edson Camargo explica que obteve contato com o hotel, eles reservam um apartamento para quem fica até mais tarde para acomodar a bagagem , mesmo porque teria que ser pago mais uma diária, e cita que estão todos ali para solucionar um problema e não arrumar outro. Deu continuidade ao que a Conselheira Roseli se reportou , a respeito da alimentação, eles teriam garantido que iriam servir o café colonial para todas as pessoas, fala sobre o caso do cadeirante, e das pessoas idosas, eles iriam tentar solucionar. Estão tentando inclusive acertar com o hotel para fazer pontes com outros para hospedar as pessoas para as quais não há condições de acomoda - las já; os Conselheiros hão de convir que as vezes as pessoas discutem com funcionários, e então o cliente não é atendido como deveria ser. A Conselheira Inês pergunta para o Dr. Edson, dizendo que desde o início desta polêmica foi colocado que houve um erro no processo da Licitação. Assim, o responsável já foi punido pelas questões que todos os conselheiros estão arcando? ou pelo menos já houve repreensão, pelo fato de não ter capacidade de liderar uma Licitação, os conselheiros foram prejudicados, não recebendo serviços adequados. O Dr. Edson, explicou que se todos pensassem no problema coletivo e não no individual, seriam resolvidos os problemas com mais agilidade. A Conselheira replicou dizendo que não é pelo fato de ser tratada com individualidade, mas sim com respeito. A Presidente Denise Colin, solicitou a continuidade. O Dr. Edson disse lamentar pelos fatos ocorridos; disse que irá sugerir para a direção da Secretaria no sentido de fornecer uma diária, com a qual as pessoas dormem onde quiserem, o que seria justo, mas o orçamento de Estado não é fácil de acompanhar. Comprometeu - se também a tentar fazer o melhor para os anseios e até mesmo para as individualidades ocorridas. A Presidente Denise Colin, informou que já fez as anotações para que sejam encaminhadas referente as diferenciações os atendimentos, a disponibilidade de alguns quartos para as pessoas que tomam ônibus, pois as reuniões finalizam as 18:00 hs, e que os conselheiros embarcam após 23:00 hs, bem como a acessibilidade para as pessoas que dela necessitam. O Dr. Edson Camargo se prontificou e assim que ele saísse da reunião, iria até o hotel para conversar com a proprietária para que possam resolver estes problemas que vem ocorrendo. O Conselheiro Francisco Arnaldo Fernandes, citou um fato ocorrido no hotel: os funcionários estavam querendo adaptar os hóspedes nos quartos, sabendo - se que os quartos são todos individuais; estão colocando mais de uma pessoa num quarto para poder se organizar, então só está faltando exigir mais deles mesmo porque eles gostam de exigir da

Secretaria e não gostam de ser exigidos, essas notícias veriam chegar até o Secretario e comunicá – lo do que está ocorrendo. A presidente Denise passou a palavra para Roseli Terezinha Gass Batista: essa relata que em relação a trocas de lençol dos quartos, os funcionários haviam dito que iriam efetuá – las trocas em 10 minutos e só foram comparecer no quarto no final da tarde; a mesma diz que apesar de muitas reclamações, não pode deixar de agradecer ao Dr. Edson pois algumas situações referentes ao hotel melhoraram e todos sabem reconhecer isto, sentiu – se a diferença no atendimento da recepção. A Presidente passa a palavra para a Secretaria Executiva Regina Rodrigues Costa mencionou que há alguns dias atrás o objetivo era encontrar uma sala para uma reunião do Conselho do Idoso, assim esteve no hotel e aproveitou a oportunidade para conversar com a proprietária: - 1º Existe um planejamento para a construção de um adaptador de elevador a partir de março, 2º uma vez que Regina faz parte do SENAC, e sabe – se que hoje em dia qualquer estabelecimento que presta serviços é obrigado a colocar a sua equipe de trabalho para participar de cursos de capacitação, etiqueta profissional, e atendimento ao público a mesma iria tomar a liberdade, de conversar com a proprietária, para levar os seus funcionários para treinamentos, rápidos e muito eficientes e sabe – se que se conhece hoje um atendente, um mensageiro que participa de um treinamento da SENAC pela maneira como se porta. A relação com o hóspede, a forma de tratar as pessoas releva a capacitação profissional. Acredita – se que essa equipe, ou estes funcionários não são devidamente treinados. Sabe – se que os idosos dormem em duplas mas com pessoas (desconhecidas). A Presidente Denise Colin retoma a palavra para comunicar que a Presidente do CEDI (Conselho Estadual dos Direitos do Idoso), estará presente no período da tarde, a partir das 14:00 hs. O Conselheiro José Cícero expôs que o Município de Inácio Martins recebeu recursos via Estado, depois que se habilitou na Gestão inicial dentro do plano SUAS; o Estado devolveu essa garantia sendo comprovada essa devolução através de documentação. Tal depósito havia sido realizada pelo Fundo Nacional de forma equivocada; esse oficializou a SETP solicitando a devolução, o que foi efetivado. Apreciação do Plano de Aplicação do Pacto de Aprimoramento da Gestão do Estado de 2007: Anexo I: A apresentação do Pacto de Aprimoramento de Gestão do Estado de 2007. Estará mencionando Especificação das despesas, elemento das despesas e valores. A Conselheira Jucimeri Isolda da Silveira, explica que da mesma forma que os municípios recebem o IG, do (índice de gestão descentralizada), para viabilizar a Gestão da Política de Assistência do atendimento dos usuários da Bolsa Família, o Estado também com a assinatura do Pacto passou a receber este valor de recursos, onde é um recurso que dependendo com rubrica aberta, onde é um incentivo Federal para a organização da Gestão. Volta a dizer que é um recurso de rubrica aberta em que o Estado pode adaptar se tiver abertura em seu orçamento para a Capital ou para custeios. Planejaram para fazer Capacitações e Supervisão Sistemáticas, em escritórios e municípios, por esse motivo foi definida a compra de um veículo que a Política de Assistência Social não tem na Secretaria específico para Assistência Social. O veículo disponível é oriundo dos recursos do FAT, (Fundo de Amparo ao Trabalhador), e que atende a área do trabalho. Assim a equipe estaria com esta disponibilidade da compra de equipamentos, a projeção de Note book e computadores, um para cada Escritório Regional, um para o Nucleas e outro para o Conselho Estadual, e viabilizando as discussões nestas localidades e os eventos, após passará a programação em seguida dos eventos de qualificação dos técnicos de escritórios e municípios, por meio da organização de dez encontros Macros – Regionais ao longo do ano. Assim o recurso está sendo aplicado nessas necessidades. Tem – se também a parcela do Pacto de Aprimoramento e o mesmo já foi aprovado, cuja parcela é referente a 2008, e que não se tem ainda notícias do valor, porque não houve reunião da CIT para fazer as definições dos critérios. Ainda esclarecendo o Tribunal de Contas da União: Existe uma orientação no sentido de proibir compartilhar equipamentos da área de trabalho, isso ocorre por ser um recurso Federal, recurso do FAT, que está sendo utilizado também tanto para pessoal quanto para equipamento de estrutura para a Secretaria de Assistência Social. De fato não se tem um veículo próprio para a Assistência Social para supervisões, e este carro que está sendo adquirido, na realidade não é um carro e sim uma SPRINTER, tipo Van com 12 lugares. Justifica – se a compra deste equipamento porque todos fazem as supervisões integradas, as equipes se deslocam sempre com mais de cinco, técnicos podendo chegar a mais quando o trabalho vai integrado com a segurança alimentar. O objetivo não é só fazer a supervisão integrada como também otimizar recursos, justifica assim mais ter uma Van que acomode técnicos para fazer as supervisões dos Escritórios Regionais do que ter um carro para a coordenação ou para a direção com recursos do aprimoramento da gestão. Assim este recurso

poderá ser utilizado e é para isso que ele foi criado no pacto, especialmente pela responsabilidade que o Estado tem em realizar capacitações de aprimoramento da Secretaria, para implantar o SUAS no Estado. Existe o cuidado para não utilizar todo este recurso Federal todo para esta finalidade, mesmo porque é papel do Estado estruturar a Secretaria, então os conselheiros não utilizam os recursos também para equipamentos e nem todo para a capacitação, mesmo porque o que está previsto para a capacitação que são os recursos Macros Regionais, também são compartilhados com recurso Estadual, onde irão também utilizar o recurso do CEAS para poder fazer a manutenção, mesmo porque o aprimoramento fica no Fundo. Retorna dizendo que parte do recurso é manutenção para fazer as capacitações do Estado. Mantido o Pacto do Estado, onde o cálculo é feito com base no número de municípios habilitados, recebendo valores diferenciados, em que assinaram um Pacto de Aprimoramento com alguns compromissos para os próximos anos, como Concurso Público para retomar o quadro próprio da Secretaria, estruturar as secretarias pelas funções de política, esses motivos estão sendo propostos num novo regimento interno em que criam mais duas coordenações e modifica as existentes, como Gerenciamento do Fundo, uma Divisão de Trabalho de Gestão e Capacitação, e reestrutura a Secretaria para a Política de Segurança Alimentar e Política de Assistência Social, comprometendo - se com o Co - financiamento de alguns serviços, como a implantação do CRAS, e a CREAS. Foi o compromisso assinado entre os Estados e a União para a implantação do SUAS, assim este valor é calculado com base também no processo e implantação do SUAS, em que os Estados que tem maior número de municípios habilitados recebem mais, onde ele foi criado com esta finalidade para estruturar e Co - financiar a estruturação do SUAS em cada Estado. O Conselheiro José Cícero dos Santos, fez uma colocação dizendo que os esclarecimentos das Conselheiras Jucimeri e Roseli, bem como do departamento da SETP, detalharam a questão, e solicitou a aprovação dos Conselheiros. Em votação. Aprovado. Apresentação dos Recursos para o CEAS no Orçamento de 2008 para os Eixos do PSB e PSE e Aprimoramentos de Gestão. Foi relatado referente ao CREAS abrigo e para PSB o CRAS. Esses dados seriam referentes ao orçamento aprovado pela Secretaria em relação as ações programáticas para este ano. Na Proteção Social Especial, que é a principal atribuição do Estado onde seriam promovidos os reordenamento das sentinelas para o CREAS, conforme a determinação dos guias de orientação, para conseguirem até o final da Gestão atingir a totalidade planejável - no PPA, foi identificado o valor semelhante ao piso que é repassado pelo o Governo Federal onde foi colocado a pendência da Comissão, o estabelecimento e a definição de pisos de Co - financiamentos do Estado para os serviços de cada proteção, conforme determina a norma. Os valores que serão citados a seguir são referentes aos serviços deste ano que seriam aproximadamente 80.000,000 (Oitenta Mil Reais), por unidade, no total de cinco unidades sairiam aproximadamente 400.000,000 (Quatrocentos Mil Reais. Serão feitas discussões nas macros também, sobre o tema de abrigamento, considerando o Plano de Convivência e a Portaria ministerial nº 460. Em relação a execução orçamentária, será feito o co-financiamento com previsão de reordenamento. A partir da próxima semana estarão fazendo um rol de visitas aos abrigos, para obterem um detalhamento de análise de custos, um perfil do funcionamento e incluindo a pesquisa que o CEDCA, realizou em relação ao abrigo da Criança e do Adolescente. As contratações que foram feitas por ênfase da Ação para os abrigos do idoso, estarão sendo analisados os dados, e todos irão obter em mãos o que será passado em cada uma das regiões, levando este conjunto de informações para que seja definido com a rede de serviços e gestores municipais o procedimento para estes reordenamento, mas a princípio isto fará parte daqueles abrigamentos, que já foram discutidos. O IASP, permanecendo com os abrigos até aos 18 anos na Secretaria da Criança com a separação via IASP, do recurso para o atendimento a população adulto e idosa que veio para a Secretaria onde migrou o recurso. Também neste sentido as vagas são bastante antigas e convenientes e estão sendo utilizadas para o abrigamento por determinação judicial, onde estão todas na capital; já se previu um piso no mesmo valor do Governo Federal a partir do próximo ano e a implantação do projeto Família Acolhedora e durante o ano estarão discutindo nas regionais esses processos. Finalizou esclarecendo que é um desafio para a próxima gestão, justamente a implantação dos pisos de Co-financiamento do sistema de abrigamento do Estado e destacar que esta visita de inspeção se justifica por isso, para conhecer o funcionamento e para trazer elementos para a Comissão do Fundo e Conselho, para que seja discutida esta relação referente ao piso de Co - Financiamento e padrão de qualidade, mesmo porque já foram iniciados esses processos com os abrigos que recebem o Co - Financiamento Estadual, no sentido de reordenar a forma de

financiamento. Ainda é preciso mais elementos para poder avançar mesmo; porque estão centralizados aqui na região; a lógica segue, é uma fase histórica de financiamento, não na lógica do SUAS, e por isto se justifica esta inspeção. Logo que a equipe conclua esses relatórios e acompanhamentos dos abrigos, serão apresentados nos Conselhos e no Fundo vai ser aprofundado o estudo para que possa instituir a lógica dos pisos, mesmo que com o Tribunal de Contas não se consiga avançar muito porque a lógica no Estado é convenial, mas mesmo assim se pode implementar pisos com padrão de qualidade. Valor de referência e depois um instrumento de repasse por enquanto continua sendo o do Convênio, mas o valor de referência e critério de qualidade já pode ser adotada a dinâmica de piso. Na Proteção Básica, onde os vinte e dois CRAS que já recebem Co – Financiamento do Estado foi renovado o convênio, portanto quem ainda tem dinheiro a gastar pode estar processando estes gastos durante o período e também tendo o dinheiro assegurado para a renovação e repasses referente aos valores de 2008, desde que prestem contas, cumpram todas as etapas do convênio e apresentar em todos os materiais até o mês de Maio, para que possa ser processado até o mês seguinte respeitando a Legislação Eleitoral. Os CRAS irregulares em funcionamento, foi feito o processo de monitoramento em todos e com uma atenção em especial para estes co – financiados pelo Estado; no final do ano passado foi feito um encontro especial exclusivo com algumas equipes e Escritórios envolvidos na cidade de Guarapuava no meio do ano. Apenas vinte pessoas regularizaram a situação de terrenos, obras e documentações e somente duas pessoas não conseguiram regularizar seus documentos, portanto não receberam seus recursos. Destacando o ponto de vista de financiamento, os recursos repassados para os municípios implantarem CRAS é significativo, onde 36 mil reais por ano é são repassados pelo Fundo Nacional que é o serviço prestado nos CRAS, e o Co – Financiamento Estadual chega à 50.000,000 (Cinqüenta Milhões de Reais), onde devemos implantar mesmo porque o critério é que recebeu tanto o Federal quanto o Estadual para se estruturar e se for avaliar hoje em dia, os municípios deveriam estar muito mais estruturados, do que se encontram. São dois recursos que estão sendo Co – Financiados para implantar todo o incentivo, a orientação já foi feito, a capacitação e ainda assim os municípios na sua grande maioria não estão em condição de habilitação ao SUAS e isso se faz refletir da necessidade destes municípios Co – Financiados com o recurso Estadual para serem monitorados mais de perto, para se habilitar e estruturar o SUAS, mesmo porque estão recebendo incentivo Estadual para se habilita. Para os municípios de pequeno porte não existem tantas exigências, onde se tem que combinar capacidade de gestão para que os municípios venham avançar, por este motivo se os dois municípios em que não estão atualizados não se organizarem, vão ficar na dependência dos municípios, por isso é necessário reafirmar que a luta deve ser pela aprovação da lei que cria o SUAS, para autorização do repasse de recursos de outras esferas do quadro próprio reforçando a orientação, o apoio e monitoramento e as exigências para que os municípios se estruturam, até porque as capacitações foram mais centradas no trabalho do profissional. Ainda um contato com o gestor, na necessidade de resposta para as condições para a implantação do SUAS estão mais vigilantes e mais próximos; Em relação à Comissão, está ocorrendo um problema muito sério pois o município tem a verba e não está cumprindo com suas obrigações por este motivo seria o caso de estudar a possibilidade de ser divulgado, mesmo porque as comunidades talvez nem tenham conhecimento. Vai – se até o local, passa para o órgão gestor e não acontece o trabalho, pois não se sabe qual os interesses do município e a comunidade não está informada; assim estes tipos de informação devem ser dirigidos aos Conselhos, pois é onde se tem um pouco mais de atuação e a comunidade teria mais conhecimento. Os conselheiros que estão acompanhando sabem que é uma cobrança continua para que os trabalhos se concluam e os CRAS de modo geral, estão muito a desejar pois não se deve perder de vista as cobranças e acompanhamentos enquanto Conselheiro Estadual e Municipal, para que não percam seus valores, para que tenha a implantação do SUAS, de modo eficiente que é o desejo de todos. Deve ser concluído o guia de orientação, se habilitarem. Foi informado à coordenação que quando fosse, ocorresse liberação do recurso, seria elaborado um ofício para os Conselheiros municipais passando estas informações. A Conselheira Denise relatou que as vinte novas implantações terão que ser informadas de que não pode ser feita nenhuma construção, haja visto o tempo, e sim uma reforma ou locação, Não dá para construir devido a legalidade e documentação do terreno, quando se perde o prazo devido o ano eleitoral. Foi feito uma previsão mais ampla, quanto aos elementos de despesas, pois o Co – Financiamento dos vinte e dois anteriores eram em torno de 41.000,000,00 (Quarenta e Um Milhões de Reais), para reforma e ampliação de construção e

depois os trinta e seis para pagamento de pessoal e manter a informática, colocando custeio no plano de aplicação, pois eles podem não só pagar pessoal como até porque se avaliou que se coloca somente para pagamento de pessoal é paralisado, o município não faz concurso e não contrata pessoas efetivos, se isso ocorrer pode ser usado o recurso para manutenção das atividades. A Conselheira Jucimeri coloca que é justamente para não reforçar os contratos precarizados, o valor foi revisto mas ainda assim esta lógica estimula contratação. Estiveram informados que o Conselho Federal mandou um ofício para Ana Lígia, sobre a contratação de assistentes Sociais e Psicólogos por pregão eletrônico, o que é ilegal e imoral. É ilegal pelo MDS, em que enviaram uma resposta e que será solicitado para estar arquivado para a próxima reunião, as normativas que regulam a proteção social básica não prevêem este tipo de pagamento de custeio pelo pregão eletrônico, devendo também ter o cuidado de não estimular a contratação e sim estimular a formação do quadro próprio. Claro que com a criação do SUAS, em lei que é o que deve se realizar neste ano, para isso estão trabalhando e a autorização do repasse para o quadro próprio, ficará mais fácil para o CEAS, no Gerenciamento do Fundo, pensar no repasse na composição do quadro próprio, até porque as metas não são de gerenciar estes vinte e dois municípios, pois já aprovamos o Plano Plurianual, as propostas das metas são progressivas para atingir cento e vinte e sete municípios co-financiados com Recurso Estadual na proteção social básica. Ontem foi analisado o Relatório de Gestão e concluiu - se que na proteção social básica somente foi feito repasse a um Município, porque os demais tiveram problemas para que se pudessem repassar os recursos. O Recurso existia, determinado por este Conselho, dentro de critérios de partilha, com autorização governamental para repasse, mas o Município não tinha condição de receber. Então, não se pode ficar amarrados nessa lógica, e é por isso que vamos tentar flexibilizar na forma de repasse e utilização desse Recurso para avançar para os outros Municípios, com este cuidado de acompanhar de perto e fazer com que este município se estruture, já que está recebendo recursos para isso. Aberta a palavra para colocações, e como não houve manifestação, tratou-se dos benefícios eventuais, os quais estão regulamentados pelo Conselho Nacional na Resolução 212 e agora pelo Decreto, é base das discussões e cujo material temos aqui - um Decreto governamental federal que regulamenta os benefícios eventuais, pagamento de auxílio natalidade e funeral. Havíamos deliberado e pactuado na CIB que os municípios que estiverem habilitados e que regulamentaram, no seu âmbito, através de uma Resolução do Conselho Municipal o pagamento destes benefícios, nos encaminhariam este material até o dia 18, junto com a comprovação da previsão orçamentária e que posteriormente o Estado faria o co-financiamento dentro do valor estimado; no Instrumento de Gestão passado foi feito o levantamento do valor gasto e com o Estudo, média de natalidade e mortalidade do município, em proporção ao número de população. Vamos receber até segunda-feira e depois fazer este quadro, das situações de cada um, para termos uma definição numa Reunião da CIB e no dia 26 de fevereiro (terça-feira) para pactuação, e o levantamento será repassado para o Conselho. A conselheira perguntou se este recurso será repassado mensalmente, e a resposta foi de que será repassado em parcela única para o município, até por conta do ano eleitoral, pois haveria dificuldade. A conselheira perguntou se então será informado o valor, e a resposta foi de que sim, embora ainda não se disponha do valor por não se saber quantos municípios vão atender as exigências. Comprometeu-se a, tão logo houver definição, dentro dos critérios acima expostos, informar ao Conselho. Ressaltou que existem cento e setenta e seis municípios habilitados e apenas trinta e quatro com encaminhamento efetuado. A Conselheira observa da importância em estar repassando estas informações aos Municípios, pois os mesmos observam que não dispõem dos Recursos de co-financiamento e que a imagem que se passa é a de que não existe interesse da parte da Secretaria e do Governo no co-financiamento. A presidente Denise Colin ressalta que os mesmos são a habilitação e regulamentação local com dotação orçamentária. Não existe o ranking dos municípios habilitados a receber por conta de suas questões de vulnerabilidade, IDH, etc. A Presidente ainda informa que este existe apenas para diferenciar o valor a ser repassado. A Conselheira Presidente argumenta que apenas 34 municípios contemplaram os critérios e enviaram processo no prazo pactuado. Este número reduzido não se justifica pela falta de informação considerando que os municípios habilitados receberam orientações, nota técnica e minuta de resolução. A Conselheira questiona se ocorrerá algum repasse, em caso de cumprimento das exigências legais por parte do município. A Presidente informa que o ranking será adotado, desde que respeitado o volume de recursos destinados para este fim. Se tivéssemos que fazer um corte orçamentário, provavelmente teríamos que reduzir os recursos

ou fazer um corte, de acordo com o ranking. Como o número é pequeno, acredita-se que poderá ser atendido. A questão é a compatibilização entre o valor disponível e o atendimento das exigências e dos critérios. A Conselheira questiona se, dentro da previsão, os Municípios habilitados irão receber algum recurso. Menciona um problema na região de Cascavel e Foz do Iguaçu, que possuem altos IDH's, onde muitos municípios não tem disponibilizados os recursos. A Conselheira Jucimeri observa que, segundo sua visão, deve se trabalhar na lógica – incentivo e equidade – Incentivo financeiro, pois o que move o Município é saber que para ele poder receber o recurso federal, pois anda com o “pires na mão”, pois com o Pacto Federativo, os municípios ficaram com menos recursos. E muitos dependem do Fundo Participativo, dependendo deste e dos outros recursos buscados em outras esferas. É a lógica do Pacto Federativo no Brasil. Isto empurra quem está no poder á lógica do Clientelismo, reforçada por uma ausência de cultura política democrática. Neste cenário o SUAS, como estratégia de implementação, usou o critério do Incentivo Financeiro. O critério é a equidade. Não é possível mais definir o repasse dos recursos por outro critério senão o técnico e da equidade – atender primeiro aqueles em condição desigual. E na realidade social uma política de assistência social com a política estratégica para enfrentar a desigualdade um município em situação desigual será aquele que tiver a maior concentração de pobreza. Mas cabe reforçar que não se trata de premiar quem está pior, mas sim que o ideal seria ter recursos e incentivos para todos. Mas é tratar com equidade os municípios, inclusive com a contribuição daqueles que estão numa condição diferenciada. Cobrar de todos a estruturação, porque todos tem este compromisso e, evidentemente, nós só teremos maior condição de exigir a efetivação da assistência social se o SUAS for Lei Federal. Por enquanto é um pacto, um incentivo, é norma. E deverá ser Lei Federal para que se possa exigir de quem está no poder o cumprimento dessa Legislação Federal, embora a LOAS seja uma Lei Federal mas não regulada sob o formato de gestão, aprofundando as atribuições de uma nova lógica. Por último, os critérios usados para benefício eventual não são critérios por Indicadores Sócio Econômicos – IDH, mas sim Taxa de Natalidade e mortalidade, não sendo assim por grupo de renda. E isso é importante ser divulgado. Ainda cabe ressaltar que os Municípios foram extremamente orientados. A equipe técnica trabalhou em Nota Técnica, numa Minuta de Resolução e bastava ao município adaptar-se aos critérios. Foi importante, inclusive, esta nota técnica, pois alguns municípios seguem muito as referências, e a minuta teve o cuidado de estabelecer fluxo, responsabilidades, tanto do Conselho quanto do órgão gestor, uma concepção real do que é benefício eventual na relação com os demais direitos assistenciais. Deve estar articulado com a saúde – a gestante deve ser devidamente acompanhada. Todos receberam a informação, mas a reflexão é cabível, pois existem elementos que dificultam os interesses da Assistência Social, mas isso só reforça a necessidade de nós reafirmarmos nossa lógica permanentemente, embora essas determinações dificultem muito. A Conselheira observa que tal exigência mexeu com muitos municípios que começaram a “correr atrás” daquela Legislação da Saúde, passar outros benefícios, das outras políticas, dando uma mexida naqueles municípios que minimamente estão tendo uma consciência, uma vontade política de fazer a coisa acontecer. O que vai dar este impacto no que se pergunta sobre o pessoal não estar cumprindo algumas coisas é exatamente quando começam a surgir os cortes. Então, se fizer uma divulgação bastante intensa nas regiões, no sentido de que a possibilidade de co-financiamento para todos os Municípios habilitados será eficaz. Aí se observa o porquê do Município não estar acessando este recurso que é uma das nossas bandeiras de luta, o co-financiamento estadual. Mostrar então que ele não cumpriu, que algumas questões que aconteceram agora, como a questão de habilitação do município, e alguns não foram habilitados; é importante termos o resultado deste processo, assim como o do monitoramento do CRAS. Não se sabe o que aconteceu na região de vocês e qual o conhecimento disto. Tem - se dois municípios que deveriam estar mandando até o começo desta semana toda uma reorganização e uma justificativa, porque já estavam com os seus incentivos para o CRAS suspensos a partir de dezembro e já não estavam recebendo janeiro e fevereiro, e se viu prefeito “sair correndo”, juntando a documentação, decreto de nomeação de técnicos do CRAS, etc...Essa é uma lógica a ser entendida – como ter que cumprir. E uma das perguntas feitas em Cascavel, numa reunião, se mais alguém iria ser penalizado por isso – nos mostra a necessidade de divulgar - se as penalidades que já foram aplicadas, e foram poucas no Estado, mas não somente as que chegaram, como a desabilitação do CRAS, a perda de incentivo, mas de quem é que chegou no limite e teve de correr para se organizar, para se organizar porque ia perder – quem não se organizou até o dia onze de fevereiro pode ter (o benefício) cancelado a partir de março.

Então, qual é o resultado disto no Estado? Acha-se que não se está tendo uma comunicação suficiente com a CIB, com o COGEMAS, com os representantes, para nos darem estes resultados. Então, temos municípios que não estão tendo nenhuma informação disto... Temos que ser mais objetivos nessa informação como uma forma de chamar a atenção de que a "coisa" tem que acontecer. Acha - se que a informação não chega à comunidade, chega no governo e não se tem interesse em passar a informação a alguns técnicos, e nem pode estar falando porque o município não tem interesse, não vai atrás, assim reforça - se que esta documentação deve seguir para os Conselhos Municipais - um meio de abranger - se toda a comunidade. Se o município está parado, o Conselho irá cobrar. Por mais suficiente que ele seja, o prejuízo é muito grande para a comunidade, e assim deveríamos enviar este documento para o conselho também, uma cópia. Um exemplo de Maringá, onde tem - se um jornal trimestral, e tudo que acontece está sendo informado, e a comunidade vai cobrar que se agilizem as providências. Então, deve - se começar a divulgar melhor o que o município não está fazendo, pois receber uma verba, ter acesso a ela e não fazer o convênio é um fato muito grave, o que está acontecendo. A Conselheira Jucimeri afirmou que todas essas situações são cotidianas nesta Secretaria, como municípios que Prefeitos vêm aqui, procurando respostas imediatas para manter programas como o Bolsa Família para beneficiários de seu município, e a resposta - não se estruturou, não elaborou o Cadastro, não se recadastrou. Então, a saída é se reestruturar, porque senão haverá prejuízo não só para ele como também para os munícipes. É importante criar - se esta divulgação e tirar depois uma estratégia do Conselho, no sentido de reforçar os Conselhos Municipais, porque de fato nem toda a comunicação - e nossa relação é entre órgãos gestores - talvez em algumas questões estratégicas, o Conselho deve atuar, cobrar. Como estabelecer a relação entre o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais, porque nós temos as CIB's, os Encaminhamentos de Gestão, a relação entre os municípios, as orientações de onde se encontra a minuta, onde estes benefícios estão prevista na LOAS, mesmo porque é a primeira vez em que vai se executar uma responsabilidade que é Estadual onde todos tem o direito de acessar - lá enquanto município desde que se estruture, os critérios foram pactuados por gestores da CIB, e o Conselho aprovou. Algumas pautas muito estratégicas para o SUAS avançar no Estado, o CEAS tem que repetir a solicitação de informações, para se saber de como os municípios estão se estruturando, e que este Benefício, é um exemplo, é uma forma até de reforçar o trabalho do Conselho Municipal. A Conselheira relatou que não é só para benefício eventual, mas para tudo, tem - se uma nova lógica o SUAS, onde a maioria dos Gestores do Estado como Prefeitos e Secretários em geral, ainda pensam a política da Assistência não como política mesmo porque não conhecem esta lógica, pois pensam que o prefeito resolve os problemas com jeito, esta lógica já mudou e está - se tentando trabalhar isso para que os Escritórios atuem com seus municípios demonstrando que está - se ampliando esta capacitação via Escritórios. Tem - se um problema este ano que é a troca de Gestores porque quando se tem a notícia de que a lógica mudou, começam com uma medida para o próximo ano de informar aos gestores de como reconhecer uma nova estratégia. Para garantir que se faça um informe aos Conselhos com relação ao CRAS, pode se fazer com todos Co - financiamentos estaduais, passando para os Conselhos Estaduais que fará uma correspondência para os Conselhos Municipais. A Presidente Denise Colin diz que em relação aos quadros que esta sendo preparados para os encontros macros, constam os recursos Federais e Estaduais, por região e município. A Conselheira Roseli relatou que algumas horas atrás, havia recebido uma ligação de um dos escritórios, em que um dos municípios da região está em gestão básica ou plena, ou seja, não precisa regulamentar os benefícios, mesmo porque está havendo uma resistência dos municípios em regulamentar, porque não poderá pleitear o Co- financiamento do Estado, inclusive está produzido um documento dos Escritórios para enviar novamente para os municípios colocando esta diferença, de que não pode pleitear e sim regulamentar. Os documentos que estão sendo recebidos dos municípios que irão pleitear o Co - Financiamento do Estado , existem resoluções que estão regulando como benefício eventual os medicamentos. Foi comentado por uma Conselheira que no município em que reside está tendo dificuldades, onde foi regulamentado, foi feita a discussão em que a Saúde assumisse a sua função que são fraldas, leite e suplementos alimentares. Simplesmente o Secretário de Saúde se recusou a assumir, porque eles não podem e o Tribunal de Contas não permite que tenham gastos com estes tipos de materiais. A Presidente Denise Colin explicou que na realidade o benefício eventual é bastante complicado, pois está se falando de uma regulamentação que está prevista na LOAS, de auxílio natalidade e funeral. A Presidente diz que tem outro elenco de gastos que estão listados e que muito tem

se perguntado em relatório de gestão, envolvendo alimentação, cestas básicas, medicamentos em que algumas já estão reguladas, e onde se listaram todas as legislações do Ministério da Saúde que autorizam isto. Algumas coisas ainda refletem dificuldades, exemplo disso é dizer que cesta básica então não é mais benefício eventual da Assistência e sim da política da Segurança Alimentar, deveria mas esta política não está estruturada, por esse motivo até nas macros vai se fazer uma discussão conjunta da articulação destas áreas em cada um dos municípios. O que não pode ocorrer em hipótese alguma, é doação para terceiros, pedir ajuda aos necessitados, pois isto não está autorizado. Em algumas situações emergenciais, é questão de se ter planejamento orçamentário, mas que a rotina melhore e passe a ser diferente, mesmo porque não somos nós que vamos dizer se a pessoa precisa de atendimento domiciliar ou não pela área de saúde. A Presidente diz que quando trouxerem estes quadros, poderia ser pautado para a reunião uma discussão da lógica da prestação dos serviços e do Co – Financiamento. Quando o Estado Co – financia o CRAS é onde é baixa a capacidade de arrecadação de gestão e é utilizado como critério indicadores agravados de empobrecimento. Quanto a média e alta complexidade, os critérios tomam por fase a demanda e a rede estruturada. Isso deve constar no quadro, e o que tem que ser mudado, pois não quer dizer que temos razão em tudo, mas ela tem uma vinculação, sempre à demanda, à necessidade e a forma de organização o serviço e ao critério. A Conselheira ainda em relação aos benefícios eventuais questiona se foi prorrogada a data para os municípios, de início era no dia 31 de dezembro (Quarta – feira), e se teve alguma prorrogação, para enviar a documentação, mas não para realizar a regulamentação. A regulamentação seria no dia de 31 de dezembro, e ter regulamentado no ano anterior, para obter recursos no ano subsequente. O Conselheiro Nircélio complementou que recebeu - se uma avaliação das aplicações dos recursos BGD pelos municípios, isso foi realizado em um relatório de novembro, e esta - se trabalhando agora, com os meses de novembro e dezembro, é um instrumento importante, em que o mesmo se compromete em colocar a disposição de todos proximamente, e a perda de recursos dos municípios por falta de informação nas condicionalidades da Bolsa Família. É um número expressivo de municípios e mais de 50% (cinquenta por cento) deste recurso por falta de atuação, será um instrumento importante, que será disponibilizado para os Conselheiros, de cobrança das aplicações do recurso, é um recurso que o município deixa de aplicar. A Conselheira Jucimeri deu uma sugestão de encaminhamento, e na verdade já se havia discutido em algumas pautas estratégicas: poderiam chamar os municípios para uma reunião ampliada do Conselho, sem custos para o mesmo, em que compareceria quem quer, mesmo porque o que move os municípios é financiamento e debates dos serviços eventuais, podemos esperar esta etapa de conclusão de análise dos municípios habilitados a receber esses recursos, podendo - se pensar em uma nova estratégia de discutir com o MDS. Foram muitas questões colocadas aqui, e que trazem dúvidas, até mesmo para dialogar, com estes municípios que vão receber os benefícios e também os que não vão. Concluiu perguntando se há dúvidas em relação aos benefícios eventuais. Não basta somente organizar com auxílio a natalidade e funeral, pois mexeu com os outros benefícios, como chama as outras áreas, chamar o Ministério e discutir esta orientação para que os municípios se estruturem. Outra pauta é o financiamento, onde a conselheira Lúcia está correta na divulgação: - onde os Conselhos se relacionam com os municípios, e depois em determinadas etapas. Para a próxima reunião, tirar algumas notas públicas, pois queremos que circulem, para discussão, mesmo que isso não ocorra de acordo. Em relação aos municípios, se os mesmos estão perdendo recursos, quais são as questões estratégicas, que queremos reforçar , até para que no próximo exercício tenha impacto na estruturação. Onde optamos nas capacitações por aprofundar as relações com os profissionais, e no ano eleitoral é transição, onde queremos reforçar com o trabalho na estruturação do CRAS, CREAS e o sistema de abrigamento. O Conselho na próxima reunião, poderia pensar em algumas notas ou temas para que possa ser divulgado a partir dos debates e concretamente tirar uma agenda de reunião ampliada, convidando os municípios que puderem comparecer com o Ministério sobre o tema dos benefícios eventuais, onde se tem condições de aprofundar e tirar algumas estratégicas. A Presidente Denise Colin argumentou que para a próxima reunião, será apresentada uma tabela para ser analisada referente ao quadro de financiamento e critérios dos recursos federais e estaduais para os municípios e monitoramentos, e a discussão que a Conselheira Jucimeri sugeriu para a divulgação que foi a única coisa da agenda ampliada se um processo eleitoral e dificuldades de deslocamentos dos municípios a partir do 2º semestre; o 1º semestre está lotado de macros e posses, mas, as pessoas se organizarão para isso. Dando continuidade a reunião, a Presidente Denise Colin,

relatou sobre o aprimoramento da gestão de 500.000,000(Quinhentos Mil Reais), onde tem - se recursos do Pacto que estarão sendo utilizados para as capacitações, recursos de aprimoramento para a gestão e recursos da manutenção da Secretaria. Como o Fundo Estadual do Idoso, não tem recurso próprio, ainda é a área de Assistência Social que é responsável pela organização e financiamento da Conferência Estadual do Idoso; teremos este ano, dezoito Encontros Temáticos Regionais preparatórios para a Conferência. Análise da Execução Físico - Financeiro da ação Programática: A comissão ponderou que o recurso executado no programa Luz Fraterna é muito alto em relação às demais ações, programáticas e que observam inserção de benefícios fora dos critérios, demandando o seu aprimoramento e sua articulação com os demais programas. Tem - se um valor de 36.000,000,00 (Trinta e Seis Milhões de Reais), dessas ações, ficando aproximadamente 32.000,000,00 (Trinta e Dois Milhões de Reais), para a Luz Fraterna, e apenas 4.000,000,00 (Quatro Milhões de Reais), para as demais ações. Tem - se que fazer uma análise mais profunda, mesmo porque sabe - se que a Luz Fraterna, também não é um programa que está ajudando somente os que precisam. Muitos casos em que se precisa não estão contemplados e tem alguns casos que tomou - se conhecimento de pessoas que tem casas na praia, e estão a usufruir dos benefícios. Chamou a atenção, porque no valor de 36.000,000,00 (Trinta e Seis Milhões de Reais), apenas 4.000,000,00 (Quatro Milhões de Reais), são para as outras ações, ficando aproximadamente 32.000,000,00 (Trinta e Dois Milhões de Reais), para o Luz Fraterna. A Conselheira Jovelina ficou indignada com estes valores, mesmo porque cerca de 70% (Setenta Por Cento), estão sendo gastos só com o Luz Fraterna. A Conselheira Jucimeri ressalta que esta discussão deve ser suscitada no Conselho Nacional, ainda para a política de Assistência Social, grande parte do recurso, vai para benefício e transferência de renda, com pouca ampliação para serviços. Para que você tenha um patamar de equidade de toda população usuária para depois começarem a fazerem uso do serviço da rede de proteção, e é claro quando se vê o valor unitário passado para as pessoas ele é extremamente baixo, quando se computa o volume de pessoas naquela situação vezes o valor unitário, ele fica extremamente alto. O valor da conta que o Estado repassa, este é um programa federal que tem um desconto de 50% (Cinquenta por Cento), no pagamento da conta de luz, cobertos pelo Governos Federal para as concessionárias fornecedoras de energia para um público do qual estamos fazendo um acompanhamento e que está sendo monitorado. Existe uma comissão coordenada pela Secretaria do Planejamento, esses desvios eles podem ocorrer, mas são raros. Então o Governo Federal cobra do Estado, em que a média cobrado é de 17,00 (Dezessete Reais), por unidade domiciliar. É um programa de transferência indireta de renda para o beneficiário, complementando um programa federal aqui no Estado. Ou seja, o numero de Unidades é extremamente grande, nas grandes cidades em área de ocupação, na área rural e nas comunidades, quilombolas, etc. e a isso tem sido acompanhado. Outra situação é de que, em proporção ao volume de gastos com o que tem para investimento em serviços, é muito pouco, tanto no âmbito do Fundo Nacional quanto do Fundo Estadual. Se formos instituir ainda bolsas para famílias acolhedoras, essa diferença ficará maior. Só que esta é uma modalidade de alternativa à institucionalização, que é repassar recursos para ficar para as famílias e não ir para as grandes Instituições. Então, temos que começar a fazer essa discussão aqui. Outra coisa que deveria ser colocada colocar é em relação aos vinte mil para a proteção básica. Tinha - se orçado aproximadamente hum milhão e oitocentos mil autorizados no orçamento. Ocorre que os municípios não gastaram a totalidade do recurso do ano anterior, então eles tiveram seus convênios renovados e não receberam recursos novos dos vinte CRAS, e só foram passado esses vinte mil. Aquela discussão que fora feita no momento anterior: de que o município tinha direito e acesso reservado mas não fez a conclusão dos gastos, não prestou contas das etapas e portanto não foi possível encerrar este convênio e fazer um novo, para receber recursos novos. Este monitoramento está sendo feito também e eles estão usando também, na medida da instalação dos serviços. Por isso só tinha vinte mil, e na previsão orçamentária quando vocês forem ver era aproximadamente hum milhão e oitocentos mil reais e aí só foi pago por ser da execução. O relatório que apresentamos que todos analisaram no dia anterior, é o relatório da execução. Somente dois municípios gastaram tudo o que receberam até agora, dos vinte e dois. Portanto, vinte não executaram todo o recurso, e enquanto tiverem recurso, não será possível fazer novo convênio, porque agora para repassar novos recursos para o novo convênio, tem - se uma planilha com a situação destes vinte municípios para fazer co-financiamento neste ano. Até agora e até junho, tem se quatro ou cinco municípios que vão concluir e gastar os recursos repassados em 2005. Será possível conseguir continuar, fazer um

novo convênio e continuar pagando somente para estes que conseguirem pagar até maio. Quando se falou do co-financiamento, ocorre uma dificuldade relatada para discussão de critérios e saldos. Essa é a dificuldade de todos os municípios Não só de conter o recurso estadual, mas também de executar o recurso federal. É necessário ter a relação dos municípios com saldos pendentes e que está se colocando dentro destas temáticas. A culpa não é toda dos municípios, porque as regras para a concessão são bastante difíceis. O entendimento hoje é o de que todo o processo está estruturado no repasse fundo a fundo, e o Tribunal de Contas do Estado não aceita esta dinâmica. Na contratação de pessoal, a política diz que deve ser do quadro próprio e qualificado, mas as pessoas tem o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal que fixa o valor de folha em 60% e não dispõe deste quadro definido. Então o município demora mais de um ano para fazer uma proposta para a Câmara, para aprovação, fazer o concurso e contratar. Essa demora motivou a necessidade de ir - se prorrogando o convênio, para usar o dinheiro em 2008. E só será possível repassar quando estiver com a documentação completa. O objetivo fundamental é atingir o valor realizado o mais próximo possível do orçado. Observa - se ainda que não temos só isso de transferência de renda. É que a responsabilidade do Luz Fraterna é nossa, nós pagamos o Luz Fraterna, mais o leite e a transferência de renda da segurança alimentar que chega a cem milhões de reais. Isso é assistência social, mas ressalto que a transferência direta ou indireta toma grande parte do Fundo. O Fundo Nacional cobre 96%. Sobram 8% do Fundo Nacional para execução dos Serviços assistenciais, em CRAS, em CRES, em Abrigos. A Verba Federal é mais de um bilhão e duzentos milhões de Recursos para Serviços continuados. Os Convênios estão em recurso à parte que devem ser orçados para execução dos mesmos. Aqui no Paraná a regra é um milhão e nos municípios, mil. Então, tem - se que fazer esta reflexão, os municípios muitas vezes ficam nos benefícios eventuais, e discutir a prestação de serviços é fundamental. Não se está vendo, apesar de todos os avanços que tem no SUAS, uma ampliação significativa dos serviços, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal. Isso é um desafio para as três esferas. Tem que se aumentar a transferência de renda, mas também ampliar os serviços e estruturá-los. E por último o Cartão Social, projetado para ser lançado este ano, uma estratégia da Secretaria e que consta no relatório, onde a CELEPAR irá fazer um trabalho para esta Secretaria, que é articular estes programas de transferência de renda, para melhor inserir as famílias, melhor monitorar e obter informações do acesso destas famílias aos programas de transferência de renda e sua inserção nos demais direitos. É também uma estratégia para aprimorar o funcionamento da transferência de renda que é direta. A conselheira relatora da Comissão Jovelina observa que também percebe carência de legislação, para conceder embasamento ao corpo técnico na discussão das ações com as prefeituras, na área jurídica e administrativa para a tomada de providências. Se não houver rapidez nestas ações, dentro de determinados prazos, acontecerá o que se observa nestes convênios. Alterar metas do Serviço de Atendimento ao Itinerante, constante no relatório que foi apresentado, foi observado que o valor orçado para realização da 6ª Conferência Estadual foi superestimado. Levantou - se este assunto, com o objetivo de indicar os erros de fora e os próprios. A princípio, houve uma solicitação de trezentos e cinquenta mil reais e depois conseguiu - se fazer por menos da metade do valor. Isto deverá ser observado para as próximas conferências, evitando repetições do fato e da falha. A Comissão indicou a ampliação de metas progressivas para a proteção social básica, manutenção de recursos executados no aprimoramento da gestão que possuem uma execução físico-financeira que deve ser mantida e ampliada. Além disso, é preciso que se tenha um acompanhamento, para não ocorrer mudanças de rumo. Dar condições e posteriormente estar cobrando. Implantar o Sistema de Piso de co-financiamento e padrão de qualidade para o sistema de abrigamento, contemplando todas as regiões do Estado. A Conselheira Jucimere solicitou que a equipe se organizasse em agendas para fazer visitas a esses abrigos, que passaram a ser de responsabilidade da Secretaria. São seis abrigos concentrados em Curitiba, com mais de mil usuários atendidos e pretende - se após este acompanhamento fazer uma proposta de levantamento do sistema de abrigos no Estado e implantação do co-financiamento para ordenar o sistema, nas regiões, com acompanhamento dos Escritórios Regionais, uma vez que a coordenação deste tipo de serviço é da Assistência Social. O objetivo é que a Comissão de Fundo se debruce sobre esta matéria e proponha para este Conselho Valores de Referência e Padrão de Qualidade. Em função das observações do Conselheiro José Cícero acerca da diferença entre o valor orçado e o praticado no evento da 6ª Conferência Estadual, deliberou-se por manter em relatório da Comissão apenas o registro desta diferença, sem críticas ou maiores aprofundamentos. A Presidente Denise Colin observa

que os Orçamentos são efetuados com base nos levantamentos de custos e nos gastos das realizações anteriores, e que desta vez teve - se a possibilidade de efetuar licitação com estabelecimentos que não cobraram pelas salas, salas de apoio e auditórios. E isto foi um fato inédito, pois nos eventos anteriores estes foram cobrados e no Edital de licitação há a necessidade de incluir tudo o que será utilizado. A Conselheira sugeriu que se registre a origem das economias geradas e que a orçamentação foi feita com base em dados históricos reais. Observou-se que nada do que se previu para este evento foi deixado de ser cumprido. A Presidente Denise Colin ressaltou, como complemento ao relatório, a exposição do Conselheiro Nircélio em relação às ações programáticas do recurso que foi recebido da Coordenação do Programa Bolsa Família, e explicou que esse Convênio foi feito entre o SENAC, a Secretaria Nacional de Rede e Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social com as Secretarias Estaduais, para coordenar a operacionalização do Cadastro Único e atendimento dos beneficiários do programa. Com o tempo e aperfeiçoamento do SUAS de assistência, isto passou a ser integrado entre esta Secretaria Nacional de Assistência Social como uma das Atividades de Proteção social básica e o grande programa de transferência de renda do governo federal. E acoplado a isso, as ações da proteção básica. Este recurso, então, teve um aditivo quando houve a modificação. É um convênio de 2005 que depois recebeu valor adicional e que também teve resultados de aplicação financeira, totalizando cerca de quatrocentos e setenta mil reais e que ele irá expor, com este recurso de 2005 até agora, uma vez que também foi adaptado com o decorrer do tempo e regulações, adequando-o ao Serviço da Proteção Básica e que irá expor o que o Estado realizou com este valor. Acrescentou que na realidade se destinou ao apoio e gestão, para implementação e atualização do cadastro único em que foi criado em 2001, onde depois houve integração. Na seqüência, relatou a sistemática do programa aos demais presentes e as ações tomadas com relação ao mesmo. A seguir, foi dada como encerrada a apreciação do relatório. Concluída a abordagem do Programa Bolsa Família, foi dada seqüência com a Apreciação de Execução do Recurso e das Ações Programáticas do Programa Bolsa Família, onde se menciona o prazo até o final do mês corrente para a prestação de contas e que será trazido para apreciação na próxima reunião do Conselho, um levantamento de pendências elaborado pela Comissão, para apresentação para a próxima gestão, com a implantação do sistema de co-financiamento com os pisos e padrão de qualidade, capacitação de contadores, onde tem também que organizar, para que não só os gestores, técnicos e equipes tenham conhecimento, mas que também os contadores viabilizem o reordenamento dos municípios e discussão com o TCE, porque no P